Práticas de Socialização Maternas e Problemas Externalizantes de Pré-escolares: um estudo longitudinal

*Patrícia Alvarenga**

Taiane Lins

Catiele Paixão

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

RESUMO

Este estudo avaliou a estabilidade e as mudanças nas práticas de socialização maternas, nos problemas externalizantes e o impacto das práticas, aos 18 e 36 sobre os problemas externalizantes aos 36 e 48 meses da criança. Participaram do estudo 22 mães que responderam a uma entrevista sobre práticas e ao CBCL. Verificou-se um aumento de práticas coercitivas dos 18 para os 36 meses e uma redução nos problemas externalizantes dos 36 para os 48 meses. As punições verbais e físicas estiveram positivamente correlacionadas aos problemas externalizantes, enquanto explicações e negociações estiveram negativamente correlacionadas a essas queixas. Discute-se a influência do desenvolvimento da linguagem da criança sobre as práticas de socialização maternas, e a influência dessas práticas sobre os problemas externalizantes.

Palavras-chave: interação mãe-criança; comportamento antissocial; desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

Maternal Socialization Practices and Externalizing Behaviors in preschoolers: a longitudinal Study

This study evaluated stability and changes in maternal socialization practices, in externalizing behaviors and the impact of maternal practices at 18 and 36 on externalizing behaviors at 36 and 48 months of child. Participants in the study were 22 mothers who answered an interview about practices and the CBCL. It was founded an increase of coercive practices from 18 to 36 months and a reduction in total externalizing behaviors from 36 to 48 months. Verbal and physical punishments were positively correlated with externalizing behaviors, while explanations and negotiations were negatively correlated to those complaints. The influence of language development in children on the maternal socialization practices, and the influence of these practices on externalizing problems are discussed.

Keywords: mother-child interaction; antisocial behavior; child development.

A inserção da criança no mundo social ocorre principalmente com as interações estabelecidas no contexto familiar, em especial, com os pais. De forma geral, ao socializar os filhos, os pais buscam orientá-los para que aprendam as normas e os comportamentos valorizados em sua cultura, preparando a criança para interações em outros contextos sociais (Grusec & Davidov, 2010). Para tanto, os pais ou cuidadores adotam estratégias de regulação do comportamento infantil, as quais têm sido denominadas, em estudos brasileiros, como práticas

educativas parentais (Macarini, Martins, Minetto, & Vieira, 2010). Entretanto, apesar de ser bastante utilizada, essa expressão não parece ser adequada quando se busca examinar como os pais inserem os filhos no mundo social. Dessa forma, e em consonância com a perspectiva de Grusec (2011), assim como de Baumrind e Black (1967) e de Grusec e Hastings (2008), optou-se por utilizar, neste artigo, a expressão “práticas de socialização” que reflete o tipo específico de comportamento parental investigado neste estudo.

* Endereço para correspondência: Patrícia Alvarenga – palvarenga66@gmail.com

De acordo com Maccoby (2008), o foco de interesse dos estudos sobre o processo de socialização infantil se alterou bastante ao longo do século XX. Algumas perspectivas, por exemplo, salientavam o ensino de comportamentos adequados aos filhos, enquanto outras enfatizavam a necessidade de regular os impulsos das crianças. Provavelmente, como resultado dos diferentes pontos de vista, muitos modelos teóricos têm sido desenvolvidos para explicar de que forma os pais influenciam o desenvolvimento dos filhos. Contudo, alguns aspectos precisam ainda ser examinados com maior profundidade, visto que as práticas de socialização podem sofrer influências de variáveis dos contextos familiar e sociocultural, permanecendo em constante transformação ao longo do tempo (Marin, Piccinini, & Tudge, 2011a).

Os comportamentos e as habilidades dos filhos estão entre os fatores que podem alterar as práticas adotadas pelos pais. Dessa forma, algumas práticas de socialização podem aumentar ou diminuir a frequência em que são adotadas devido às novas habilidades adquiridas pelos filhos (Grusec & Davidov, 2010). Alguns estudos têm verificado que os pais tendem a adotar mais frequentemente estratégias que envolvem explicações e conversas com os filhos à medida que eles crescem, pois seriam mais capazes de compreender e de negociar com os pais. Por outro lado, as práticas que envolvem punições e repreensões tendem à estabilidade ao longo do desenvolvimento dos filhos (Alvarenga, Piccinini, Frizzo, Lopes, & Tudge, 2009; Hoffman, 1975; Marin et al., 2011a).

De acordo com diferentes modelos propostos para explicar as influências do comportamento parental sobre o desenvolvimento dos filhos, como os modelos propostos por Patterson, Reid e Dishion (1992) e por Hoffman (1975), as práticas caracterizadas pelo uso de coerção podem ser prejudiciais para o desenvolvimento socioemocional pleno. Essas práticas podem estar relacionadas ao surgimento e à manutenção de problemas comportamentais, dentre os quais se destacam os problemas externalizantes (Alvarenga, Magalhães, & Gomes, 2012; Callender, Olson, Choe, & Sameroff, 2012; Patterson et al., 1992). De acordo com alguns pesquisadores (ex. Alvarenga, 2000; Keil & Price, 2006), não há uma definição precisa para os problemas externalizantes, por isso eles têm sido definidos operacionalmente com base principalmente no

instrumento desenvolvido por Achenbach e Rescorla (2000) para avaliá-los. Assim, esses problemas têm sido caracterizados principalmente pela existência de conflitos entre a criança e o entorno social, e envolvem queixas como, por exemplo, a agressividade, a impulsividade e a desobediência.

O termo problemas externalizantes tem sido mais frequentemente utilizado em referência às crianças nos primeiros anos de vida como uma alternativa para evitar o estigma relacionado ao termo *comportamento antissocial*, que também se refere a conflitos entre a criança e o ambiente social, embora represente um estágio mais avançado e estável das queixas externalizantes (Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini, & Hutz, 2005). Os problemas externalizantes tendem a ser estáveis ao longo do desenvolvimento infantil (Anselmi et al., 2008) e, segundo DSM-IV-TR (American Psychiatric Association [APA], 2002), caso não haja nenhuma intervenção podem se agravar ao longo do tempo, evoluindo para transtornos mentais como o Transtorno de Conduta, o Transtorno Desafiador Opositivo e o Transtorno de Personalidade Antissocial (APA, 2002; Pacheco et al., 2005). De acordo com o Modelo de Coerção de Patterson et al. (1992), o uso de práticas coercitivas ou não contingentes nos primeiros anos de vida da criança é um dos principais preditores do comportamento antissocial, pois essas práticas reforçam e mantêm um padrão comportamental socialmente desajustado, porém, funcional para lidar com as demandas do ambiente.

Estudos longitudinais têm verificado que as práticas coercitivas têm sido relacionadas a problemas externalizantes em diferentes fases do desenvolvimento dos filhos. Bayer et al. (2011) estudaram longitudinalmente dois grupos de crianças, inicialmente com idade entre zero e um ano e outro grupo com idades entre quatro e cinco anos, na primeira etapa de investigação. Duas avaliações posteriores foram realizadas com intervalos de dois anos. Os autores verificaram que as práticas coercitivas foram preditoras de problemas externalizantes. Da mesma forma, Callender et al. (2012) verificaram que a punição física, aos 36 meses, foi preditora de problemas externalizantes, aos 60 meses. Entretanto, os resultados do estudo de Karremans, van Tuijl, van Aken e Dekovic (2009) não demonstraram o poder preditivo das práticas de socialização aos 36 meses sobre os problemas externalizantes aos 54 meses.

Apesar de muitos estudos investigarem as relações entre as práticas de socialização maternas e os problemas externalizantes, como afirmam Alvarenga et al. (2012), poucos foram realizados com amostras brasileiras. Ainda assim, é importante considerar a grande diversidade cultural e social do país, o que dificulta a generalização dos achados para outros contextos e regiões (Piccinini, Alvarenga, & Marin, 2013). Ademais, a produção científica nacional mais expressiva sobre as práticas de socialização é recente e poucos estudos são longitudinais (Macarini et al., 2010). Estudos dessa natureza podem contribuir para uma melhor compreensão das relações mãe-filho e do desenvolvimento e manutenção de problemas de comportamento, por permitirem a avaliação de diferentes fases do desenvolvimento das crianças (Cillessen, 2005).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivos: (a) examinar a estabilidade e as mudanças nas práticas de socialização maternas dos 18 para os 36 meses de idade dos filhos; (b) examinar a estabilidade e as mudanças nos problemas externalizantes dos 36 para os 48 meses de idade dos filhos; (c) avaliar o impacto das práticas de socialização maternas, relatadas quando os filhos tinham 18 e 36 meses, sobre os problemas externalizantes avaliados aos 36 e 48 meses dos filhos. De acordo com a primeira hipótese, as mães relatariam mais práticas não coercitivas aos 36 meses, em comparação aos 18 meses. A segunda hipótese supõe que não haveria diferenças significativas entre os escores de problemas externalizantes aos 36 e 48 meses, e a terceira, que quanto mais frequente o relato de práticas coercitivas, aos 18 e 36 meses, maio-

res seriam os escores de problemas externalizantes, aos 36 e 48 meses.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo 22 mães de meninos que fizeram parte da amostra de um estudo mais amplo (título do estudo e referência omitidos para preservar autoria) que teve como objetivo identificar preditores do comportamento antissocial infantil, da gestação aos cinco anos de idade dos filhos. Todas as crianças eram nascidas a termo, não apresentavam problemas crônicos de saúde física ou mental e deveriam ser meninos, pois, segundo a literatura, o sexo masculino é um fator de risco para o comportamento antissocial (Karreman et al., 2009; Samarakkody, Fernando, McClure, Pereira, & De Silva, 2011).

Os dados sociodemográficos foram coletados no primeiro contato com as mães, em quatro maternidades públicas de Salvador-BA, no terceiro trimestre da gestação. As mães tinham, aproximadamente, 29 anos de idade ($DP = 5,08$), estudaram, em média, 11,5 anos ($DP = 2,04$) e nove exerciam atividade remunerada. Os pais tinham, em média, 11 anos de escolaridade ($DP = 1,97$) e 18 exerciam atividade remunerada. A coabitação parental foi verificada em 18 casos e a média da renda familiar foi equivalente a 149,91% ($DP = 75,06\%$) do salário mínimo nacional vigente no período da coleta de dados. As características sociodemográficas das participantes são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1

Características Sociodemográficas das Participantes (N = 22)

Variáveis	Níveis	Valores			
		n	%	M	DP
Idade da mãe (anos)				29	5,08
Escolaridade da mãe (anos)				11,5	2,04
Ocupação da mãe	Trabalha fora de casa	9	40,9		
	Não trabalha fora de casa	13	59,1		
Escolaridade do pai (anos)				11,1	1,97
Ocupação do pai	Trabalha fora de casa	18	81,8		
	Não trabalha fora de casa	4	18,2		
Coabitação parental	Sim	18	81,8		
	Não	4	18,2		
Renda familiar (percentual do salário mínimo)				149,91	75,06

Procedimentos de coleta de dados

No primeiro contato com as gestantes, as que concordaram em participar do estudo assinaram duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e responderam a uma Ficha de Dados Sociodemográficos. As gestantes foram informadas sobre o objetivo do estudo e sobre a possibilidade de visitas domiciliares posteriores ao parto. Aquelas mães que permaneceram no estudo, receberam visitas domiciliares subsequentes, previamente agendadas, no 18º, 36º e 48º mês de vida da criança. Aos 18 e aos 36 meses dos filhos, as mães responderam, individualmente, a uma entrevista sobre as práticas de socialização que foi gravada e transcrita para análise. Aos 36 e aos 48 meses, foram avaliados os indicadores de problemas externalizantes dos filhos, através do Inventário de Comportamentos de Crianças entre 1½-5 anos (CBCL - Achenbach & Rescorla, 2000). O inventário foi aplicado em forma de entrevista, ou seja, todos os itens foram lidos pelo pesquisador e, com auxílio de um cartão de respostas, a mãe indicava a alternativa escolhida. Os dados foram tabulados e analisados com o software específico do instrumento.

Instrumentos

Ficha de Dados Sociodemográficos. Com essa ficha foram coletadas informações sociodemográficas das participantes e de suas famílias, como a idade, a escolaridade e a renda. A ficha foi preenchida pelo pesquisador com as informações fornecidas pelas mães.

Inventário de Comportamentos de Crianças entre 1½-5 anos. Este inventário é a versão brasileira adaptada por Silveiras, Rocha e Linhares (2010) do Child Behavior Checklist (Achenbach & Rescorla, 2000) e investiga problemas comportamentais, como os problemas externalizantes de crianças entre um ano e meio e cinco anos. Neste inventário, as síndromes *comportamento agressivo* e *problemas de atenção* representam o agrupamento de problemas externalizantes. O inventário é composto por 100 afirmativas descritivas, seguidas pelas opções de resposta: (0) *nunca*; (1) *às vezes*; (2) *sempre*. O escore obtido na escala de problemas externalizantes pode ser classificado nas categorias: clínica (a partir de 64), limítrofe (de 60 a 63) ou não clínica (abaixo de 60). Para as síndromes, escores a partir de 70 são considerados clínicos; de 65 a 69, limítrofes e até 64, não clínicos.

Entrevista sobre Práticas Educativas Parentais.

Investiga as práticas de socialização parentais para regular o comportamento do filho. Para a investigação das práticas de socialização maternas, aos 18 meses dos filhos, foi utilizada a versão proposta por Piccinini, Frizzo, Alvarenga, Lopes e Tudge (2007). A entrevista é composta por seis situações comuns ao cotidiano da interação entre pais e filhos, nessa faixa etária: (a) recusa-se a comer; (b) recusa-se a ficar com outra pessoa; (c) recusa-se a trocar de roupa; (d) recusa-se a dormir à noite; (e) recusa-se a entrar/sair do banho e (f) faz birra quando recebe um “não”. Aos 36 meses dos filhos, a entrevista foi adaptada para se adequar à idade investigada a partir da proposta de Alvarenga e Piccinini (2001), abordando as seguintes situações: (a) recusa-se a comer; (b) estraga ou quebra objetos dentro de casa; (c) recusa-se a trocar de roupa; (d) recusa-se a dormir à noite; (e) briga e bate em outras crianças e (f) insulta verbalmente ou ofende outras pessoas. As respostas foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 1977) a partir de uma estrutura de categorias adaptada de Piccinini et al. (2007) e Alvarenga e Piccinini (2001). Dois codificadores independentes realizaram a análise de conteúdo, sendo que o índice de fidedignidade foi calculado utilizando 30% das entrevistas e o valor médio do coeficiente *Kappa* foi de 0,83 (18 meses) e de 0,82 (36 meses). Foram reveladas 11 categorias de análise que foram reunidas em dois grandes grupos:

Práticas não coercitivas. Foram alocadas neste grupo as estratégias caracterizadas pelo não uso de coerção, através, por exemplo, de explicações, persuasão e negociação com os filhos. Compõem esse grupo as subcategorias: (a) *negociação e persuasão*: refere-se às negociações propostas pela mãe, convencendo e/ou prometendo algo aos filhos (ex. “Se você comer mais um pouco, você pode ver TV”); (b) *explicação apontando as consequências*: empregada quando a mãe afirmava usar explicações que descrevem as implicações do comportamento da criança para ela ou para outras pessoas (ex. “Vai dormir senão amanhã você não consegue levantar”); (c) *explicação baseada em convenções*: envolve as descrições maternas sobre normas ou convenções sociais relacionadas ao comportamento da criança (ex. “Eu digo que ela tá molinha e que não pode tá brigando.”); (d) *mudança nos hábitos da criança*: refere-se aos relatos sobre as alterações na rotina da criança que resultam em modifica-

ção do comportamento do filho (ex.: “Eu não deixo comer doce antes do almoço.”); (e) *comando verbal não coercitivo*: empregada quando a mãe dava ordens ou fazia pedidos à criança de modo não aversivo ou não coercitivo (ex.: “Come tudinho filho”); (f) *interferência no ambiente físico da criança*: refere-se à atuação direta da mãe no ambiente físico da criança (ex.: “Eu apago a luz e aí ele fica quieto”).

Práticas coercitivas. Foram alocadas neste grupo as estratégias fundamentadas no uso da coerção através das quais o cuidador impõe à criança, de forma agressiva, os comportamentos esperados. Compõem esse grupo as práticas: (a) *punição verbal*: uso de repreensão ou de insultos verbais, proibições ou comandos verbais coercitivos (ex.: “Eu grito com ele: ‘Vai já pro banho’”); (b) *ameaça de punição*: refere-se às ameaças verbais de punir a criança e, em alguns casos, envolveu aspectos fictícios ou religiosos (ex.: “Disse que não podia bater que Deus brigava com ele.”); (c) *privação/castigo*: envolve deixar a criança sem algo que ela gosta ou proibir a criança de explorar o ambiente (ex.: “Eu boto ele sentado no sofá.”); (d) *coação física*: envolve obrigar ou forçar fisicamente a criança (ex.: “Eu levo ele pro banho à pulso.”); e (e) *punição física*: refere-se ao uso de intervenções físicas que causam dor (ex.: “Ah, eu dei umas palmadas”).

Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados através de procedimentos de estatística descritiva e inferencial. Para o exame da estabilidade e de mudanças das práticas e dos problemas externalizantes foi utilizado o teste não para-

métrico *Wilcoxon*. Esse teste permite a comparação dos escores médios das variáveis nos momentos avaliados. Para a investigação do impacto das práticas de socialização maternas sobre os problemas externalizantes, foram realizadas análises de correlação, entretanto, não foi possível a realização de análises mais refinadas, como a análise de regressão, devido ao número reduzido de participantes. Segundo Field (2005), apesar de ainda haver muitas discordâncias na área, os pesquisadores têm indicado que para a realização de análises de regressão confiáveis é necessário que o estudo conte com, no mínimo, entre 10 e 15 participantes por cada variável preditora.

RESULTADOS

De acordo com os achados, considerando as práticas de socialização não coercitivas, verificou-se um aumento significativo das práticas de explicação apontando as consequências ($p = 0,01$) e das práticas de explicação baseada em convenções ($p = 0,01$) dos 18 para os 36 meses da criança. Com relação às práticas de socialização coercitivas, verificou-se um aumento significativo no total de práticas coercitivas ($p = 0,01$) e nas práticas de punição verbal ($p = 0,01$) e de ameaça de punição ($p = 0,03$) também dos 18 para os 36 meses dos filhos. Verificou-se também um aumento nas práticas de privação/castigo ($p = 0,06$) dos 18 para os 36 meses, contudo esse aumento foi marginalmente significativo. Por outro lado, as médias do relato da coação física, dos 18 para os 36 meses de idade dos filhos, reduziram-se significativamente ($p = 0,02$). A Tabela 2 apresenta os detalhes das comparações.

Tabela 2

Médias, Desvios Padrão e Nível de Significância (*Wilcoxon*) para as Práticas de Socialização, aos 36 e aos 48 Meses

Práticas de socialização	18 meses		36 meses		p
	M	DP	M	DP	
Total de práticas não coercitivas	3,91	1,66	5,09	2,79	0,09
Negociação e persuasão	2,59	1,53	1,95	1,05	0,09
Explicação apontando as consequências	0,27	0,55	1,00	1,07	0,01
Explicação baseada em convenções	0,09	0,29	0,91	1,06	0,003
Mudanças nos hábitos da criança	0,05	0,21	0,18	0,50	0,26
Comando verbal não coercitivo	0,50	0,91	0,59	0,80	0,56
Interferência no ambiente físico	0,41	0,59	0,45	0,60	0,78
Total de práticas coercitivas	3,77	2,41	5,64	2,78	0,01

Punição verbal	1,05	0,95	1,86	0,94	0,01
Ameaça de punição	0,27	0,46	0,95	1,25	0,03
Privação/castigo	0,27	0,55	0,73	0,88	0,06
Coação física	1,50	1,30	0,77	0,97	0,02
Punição física	0,68	0,84	0,91	1,11	0,42

Com relação às trajetórias dos problemas externalizantes e das síndromes, verificou-se uma redução significativa ($p = 0,03$) nas médias dos escores na escala total de problemas externalizantes dos 36 para os 48 meses. Assim, quanto mais velhas as crianças,

menos apresentaram indicadores desses problemas. Verificou-se também uma tendência de redução dos escores da síndrome comportamento agressivo ($p = 0,06$), dos 36 para os 48 meses de idade das crianças. A Tabela 3 apresenta os detalhes dessas comparações.

Tabela 3

Médias, Desvios Padrão e Nível de Significância (Wilcoxon) para os Problemas Externalizantes, Comportamento Agressivo e Problemas de Atenção aos 36 e aos 48 Meses

	36 meses		48 meses		<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	
Problemas externalizantes	61,91	4,63	57,73	8,43	0,03
Comportamento agressivo	62,23	5,95	58,86	7,03	0,06
Problemas de atenção	60,95	10,51	57,73	6,69	0,23

A Tabela 4 apresenta os resultados, considerando as práticas de socialização aos 18 meses dos filhos. Com relação às práticas não coercitivas, verificou-se uma correlação negativa e de fraca intensidade entre a explicação apontando as consequências ($r = -0,37$; $p < 0,05$) e os escores de problemas externalizantes aos 48 meses dos filhos. Assim, quanto mais frequente foi o relato materno de explicação apontando as consequências, aos 18 meses, menores foram os escores de problemas externalizantes aos 48 meses. Por outro lado, verificou-se que quanto mais as mães relataram

a punição física, aos 18 meses, maiores foram os escores de problemas externalizantes, aos 48 meses, sendo a correlação de fraca intensidade ($r = 0,39$; $p < 0,05$). Além disso, verificou-se uma correlação negativa e fraca entre a coação física ($r = -0,36$; $p < 0,05$) e os problemas externalizantes aos 48 meses. Esse achado, contrário ao esperado, indica que quanto mais as mães relataram a coação física aos 18 meses, menores foram os escores de problemas externalizantes aos 48 meses dos filhos.

Tabela 4

Correlações (Spearman) Entre as Práticas de Socialização Maternas aos 18 Meses dos Filhos e os Escores de Problemas Externalizantes aos 36 e aos 48 Meses dos Filhos

Práticas de socialização maternas	Problemas externalizantes	
	36 meses	48 meses
Total de práticas não coercitivas	0,19	0,05
Negociação e persuasão	- 0,42	0,12
Explicação apontando as consequências	0,07	- 0,37*
Explicação baseada em convenções	0,06	0,12
Mudanças nos hábitos da criança	0,29	0,05
Comando verbal não coercitivo	0,07	0,30
Interferência no ambiente físico	0,06	- 0,09
Total de práticas coercitivas	0,25	0,13
Punição verbal	0,18	0,31
Ameaça de punição	0,17	- 0,19
Privação/castigo	0,13	0,32
Coação física	0,15	- 0,36*
Punição física	0,03	0,39*

* $p < 0,05$

Em relação às práticas de socialização relatadas pelas mães aos 36 meses, verificou-se uma correlação negativa moderada ($r = - 0,48$; $p < 0,05$) entre o total de práticas não coercitivas e os problemas externalizantes aos 36 meses dos filhos, assim como uma correlação negativa e forte entre a negociação e persuasão ($r = - 0,63$; $p < 0,01$) e os problemas externalizantes aos 36 meses dos filhos. Esses resultados indicam que quanto mais as mães relataram negociar e persuadir os filhos, menores foram os escores de problemas externalizantes no mesmo período. Verificou-se também uma correlação negativa e moderada entre a prá-

tica mudança nos hábitos da criança ($r = - 0,43$; $p < 0,05$) e os problemas externalizantes aos 48 meses. Quanto mais as mães mudaram os hábitos da criança, menores foram os escores de problemas externalizantes aos 48 meses dos filhos. Dentre as práticas coercitivas, a punição verbal esteve correlacionada de forma positiva e fraca aos problemas externalizantes aos 48 meses ($r = 0,39$; $p < 0,05$). Dessa forma, quanto mais as mães relataram insultos e proibições, maiores foram os escores de problemas externalizantes aos 48 meses dos filhos. A Tabela 5 apresenta os resultados dessas análises.

Tabela 5

Correlações (Spearman) Entre as Práticas de Socialização Maternas aos 36 Meses dos filhos e os Escores de Problemas Externalizantes aos 36 e aos 48 Meses dos Filhos

Práticas de socialização maternas	Problemas externalizantes	
	36 meses	48 meses
Total de práticas não coercitivas	- 0,48*	- 0,10
Negociação e persuasão	- 0,63**	- 0,31
Explicação apontando as consequências	- 0,34	0,21
Explicação baseada em convenções	- 0,09	0,28
Mudanças nos hábitos da criança	- 0,19	- 0,43*
Comando verbal não coercitivo	- 0,14	- 0,14
Interferência no ambiente físico	- 0,11	- 0,25
Total de práticas coercitivas	0,24	0,16
Punição verbal	0,18	0,39*
Ameaça de punição	- 0,21	0,05
Privação/castigo	0,26	- 0,10
Coação física	0,35	- 0,14
Punição física	0,06	0,06

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

DISCUSSÃO

Este estudo examinou a estabilidade e as mudanças das práticas de socialização maternas, dos 18 para os 36 meses dos filhos, e dos problemas externalizantes, dos 36 para os 48 meses de idade dos filhos. Examinou-se também o impacto das práticas de socialização maternas aos 18 e 36 meses dos filhos, sobre os problemas externalizantes aos 36 e 48 meses dos filhos. Conforme enunciado na introdução, as hipóteses testadas foram: (a) as mães relatariam mais práticas não coercitivas aos 36 meses, em comparação aos 18 meses dos filhos; (b) não haveria diferenças nos escores de problemas externalizantes entre os 36 e 48 meses dos filhos; e (c) quanto mais as mães relatassem práticas coercitivas, aos 18 e 36 meses, maiores seriam os escores de problemas externalizantes, aos 36 e 48 meses dos filhos. Contudo, os dados não apoiaram completamente todas as hipóteses do estudo.

Com relação à primeira hipótese, apesar de os resultados não terem revelado nenhuma diferença no total de práticas não coercitivas entre os dois momentos avaliados, as práticas explicação apontando as consequências e explicação baseada em convenções, foram mais frequentemente relatadas pelas mães aos 36 meses em comparação aos 18 meses. De acordo com Hoffman (1975), é provável que crianças mais velhas, por já possuírem habilidades cognitivas e de linguagem mais desenvolvidas, evoquem mais estratégias parentais como as explicações, pois já conseguiriam compreender os comandos verbais dos pais e as explicações a respeito das consequências de seus comportamentos. Crockenberg e Litman (1990) salientam que crianças mais velhas podem ser mais assertivas e capazes de dizer “não” aos pais, o que exige deles a adoção de estratégias mais apropriadas a essa nova fase do desenvolvimento. Alvarenga et al. (2009), por exemplo, verificaram que as práticas não

coercitivas maternas, como explicar, negociar e trocar, foram significativamente mais frequentes aos 24, em comparação aos 18 meses da criança. Da mesma forma, Marin et al. (2011) encontraram maior frequência dessas práticas quando as crianças tinham 36 e 72 meses, em comparação aos 24 meses.

Por outro lado, verificou-se, que tanto o total de práticas coercitivas, quanto quatro dos cinco tipos de práticas coercitivas sofreram mudanças significativas dos 18 para os 36 meses dos filhos. As mães relataram adotar mais estratégias coercitivas, como a punição verbal, a ameaça de punição e a privação/castigo, aos 36 meses dos filhos, em comparação aos 18 meses. Ademais, houve uma redução significativa na frequência do relato da coação física entre os 18 e os 36 meses. Esses achados não apoiam a literatura, visto que estudos têm indicado que essas práticas tendem a se manter estáveis ao longo do desenvolvimento dos filhos (Alvarenga et al., 2009; Marin et al., 2011a; Marin, Piccinini, & Tudge, 2011b). Neste estudo, o aumento das práticas coercitivas pode estar relacionado a uma limitação da adaptação da entrevista realizada para investigar as práticas de socialização maternas aos 36 meses. A entrevista aplicada aos 18 e a entrevista dos 36 meses eram compostas por seis situações, contudo, três delas foram distintas para se adequar à faixa etária das crianças e às situações mais comumente vivenciadas por pais e filhos nessas idades. Enquanto aos 18 meses foram abordadas as situações “recusa-se a ficar com outra pessoa”, “recusa-se a entrar/sair do banho” e “faz birra quando recebe um ‘não’”, aos 36 meses foram abordadas situações como: “estraga ou quebra objetos dentro de casa”, “briga e bate em outras crianças”, “xinga ou ofende outras pessoas”. É possível que mais práticas coercitivas tenham sido verificadas aos 36 meses pelo fato de as situações apresentadas nessa faixa etária serem mais graves, em comparação às abordadas anteriormente, exigindo mais esforços das mães para lidar com os filhos. Dessa forma, é necessário que esses resultados sejam analisados com cautela. Com relação à coação física, é possível que a menor frequência, aos 36 meses dos filhos, relacione-se ao desenvolvimento da linguagem das crianças e à maior atribuição materna de capacidade dos filhos para compreender outras formas de intervenção. Talvez, aos 36 meses, não seja tão útil a adoção de intervenção física para regular os comportamentos infantis.

De acordo com a segunda hipótese do estudo, não haveria diferenças significativas entre os escores de problemas externalizantes aos 36 e 48 meses dos filhos. Entretanto, de forma contrária ao esperado, os resultados revelaram uma redução significativa no total de problemas externalizantes e uma redução marginalmente significativa da síndrome comportamento agressivo aos 48 meses, em comparação aos 36 meses dos filhos. Os estudos revisados apontavam de forma mais consistente para a estabilidade dos problemas externalizantes durante a infância (Anselmi et al., 2008; Campbell, March, Pierce, Ewing, & Szumowski, 1991). Contudo, da mesma forma que no presente estudo, Mathiesen, Sanson, Stoolmiller e Karevold (2009) verificaram uma redução dos problemas externalizantes quando avaliaram as trajetórias de problemas internalizantes e externalizantes de 921 pré-escolares dos 18 para os 54 meses de vida.

Especula-se que a redução dos escores dos problemas externalizantes, verificada neste estudo, seja resultante de uma melhora na linguagem dessas crianças. Bornstein, Hahn e Suwalsky (2013), por exemplo, sugerem que quando a criança não tem muitas habilidades de interação verbal desenvolvidas ou quando essas habilidades ainda são pouco assertivas, ela pode utilizar estratégias mais agressivas para interagir com o entorno social. Nesse sentido, supõe-se que, de forma geral, crianças mais velhas podem fazer uso de estratégias verbais mais efetivas para interagir com pares e outros adultos, sem recorrer a comportamentos impulsivos ou agressivos. Outra possibilidade seria a percepção materna a respeito do comportamento dos filhos. Aos 36 meses de idade as crianças podem estar explorando mais efetivamente o seu ambiente e se tornando cada vez mais autônomas em relação aos pais, apresentando comportamentos que podem ser inicialmente confundidos com problemas externalizantes (Anselmi, Piccinini, Barros, & Lopes, 2004). Assim, após esse período inicial, as mães podem se tornar mais capazes de diferenciar esses comportamentos, o que contribuiria para uma redução nos escores dos problemas externalizantes avaliados após um ano, aos 48 meses dos filhos.

Por fim, a terceira hipótese testada, de que haveria uma relação positiva entre a frequência do relato de práticas de socialização coercitivas e os escores de problemas externalizantes dos filhos, foi parcialmente

confirmada. Embora não tenha sido verificada uma relação entre o total de práticas coercitivas sobre os problemas externalizantes, em nenhuma das idades, quanto maior a frequência da punição física, aos 18, e da punição verbal, aos 36 meses, maiores foram os escores de problemas externalizantes aos 36 e 48 meses dos filhos, respectivamente. Esses achados corroboram estudos anteriores que apontam para os prejuízos das práticas de socialização coercitivas para a criança, em diferentes idades (Alvarenga et al., 2012; Callender et al., 2012; Leve, Kim, & Pears, 2005).

Em um estudo longitudinal realizado por Bayer et al. (2011), com dois grupos, um com crianças de até um ano de idade e outro com crianças entre quatro e cinco anos, verificou-se que a punição física e a verbal, em conjunto, foram os principais preditores dos problemas externalizantes em avaliações posteriores, quatro anos mais tarde. Considerando a influência dessas práticas em outras etapas do desenvolvimento, os resultados de Leve et al. (2005) mostram que a punição física e verbal adotada pelos pais, aos cinco anos dos filhos, constituíram um dos preditores de problemas externalizantes aos 17 anos dos filhos. Verhoeven, Junger, van Aken, Deković e van Aken (2010), por outro lado, ao investigar as práticas parentais e os problemas externalizantes, aos 17, 23, 29 e 35 meses de vida do bebê do sexo masculino, não encontraram relações entre a punição física e os problemas externalizantes. Contudo, os problemas externalizantes aos 23, 29 e 35 meses dos filhos foram preditores de punição física materna e paterna, nesses mesmos períodos avaliados. Ainda assim, o presente estudo, em conjunto com os achados da literatura, aponta para o caráter prejudicial de práticas como a punição física e a verbal, tanto em curto prazo, quanto em etapas posteriores do desenvolvimento infantil. Essas práticas podem servir como modelo para a criança sobre como interagir com pares e adultos, contribuindo para o aumento de respostas agressivas (Ribeiro, Andreoli, Ferri, Prince, & Mari, 2009).

Com relação às práticas não coercitivas, verificou-se que quanto mais as mães relataram utilizar explicações apontando as consequências, aos 18 meses, menores foram os escores de problemas externalizantes dos filhos, aos 36 meses. Além disso, o total de práticas não coercitivas e a negociação e persuasão, aos 36 meses, estiveram negativamente correlacionadas aos

problemas externalizantes também aos 36 meses. Alvarenga e Piccinini (2001) verificaram que mães de crianças do grupo não clínico para problemas externalizantes relataram práticas não coercitivas em uma frequência significativamente maior que as mães do grupo clínico, que relataram com maior frequência práticas coercitivas. Esses achados corroboram a literatura que tem destacado essas estratégias como protetoras do desenvolvimento infantil, por, em geral, envolverem interações verbais contingentes entre pais e filhos e oferecerem meios para que a criança consiga compreender as necessidades de mudança do comportamento e possa generalizar o que foi ensinado para situações semelhantes, desenvolvendo a capacidade de autorregulação (Hoffman, 1975; Patterson et al., 1992). Van Zeijl et al. (2006) verificaram, após uma intervenção com pais de crianças entre um e três anos, que práticas não coercitivas (ex. indução e distração) aumentaram e que os problemas externalizantes dos filhos de famílias de maior risco diminuíram.

Ainda considerando as práticas não coercitivas, quanto mais as mães relataram mudar os hábitos das crianças aos 36 meses para resolver algum tipo de conflito cotidiano com os filhos, menores foram os escores de problemas externalizantes aos 48 meses. Esse dado corrobora o estudo de Alvarenga e Piccinini (2001), segundo o qual a mudança na rotina da criança (ex. não permitir que ela faça pequenos lanches para que se alimente bem nas refeições principais) foi relatada apenas por mães do grupo não clínico para problemas externalizantes. Por outro lado, Alvarenga et al. (2012) não encontraram correlações significativas entre essas variáveis. Embora não seja uma prática propriamente de socialização, a mudança nos hábitos da criança parece ter bons efeitos sobre o desenvolvimento socioemocional da criança, especialmente por ser uma alternativa não coercitiva de regulação comportamental, que evita conflitos e o consequente desgaste da relação mãe-criança. Supõe-se também que essa prática possa ter melhores efeitos sobre a socialização dos filhos caso seja adotada em conjunto com outras estratégias não coercitivas, como as explicações sobre a necessidade de mudança do comportamento. Segundo Patterson et al. (1992), o desenvolvimento socioemocional competente das crianças é beneficiado pela vivência em um ambiente não coercitivo, no qual as práticas de socialização parentais são

adotadas de forma contingente aos comportamentos apresentados pela criança. Assim, mesmo com crianças nos primeiros anos de vida, práticas de socialização que envolvem interações verbais, como o uso de explicações e formas alternativas ao confronto direto com a criança devem ser adotadas e o planejamento de intervenções deve envolver o treino desses tipos de práticas.

Um resultado não esperado foi a correlação negativa entre a coação física, uma prática de socialização coercitiva que envolve forçar fisicamente a criança a agir de determinada forma, aos 18 meses, e os escores de problemas externalizantes aos 48 meses. Alvarenga e Piccinini (2001) destacam que a literatura não parece ser clara quanto ao fato de a coação física ser um tipo de prática coercitiva, entretanto, verificaram uma frequência elevada de adoção dessa prática por mães de crianças com problemas externalizantes. Rydell e Henricsson (2004), por sua vez, ao avaliarem estratégias adotadas por professores para lidar com crianças com problemas externalizantes, discutiram a possibilidade de a coação física e da repreensão verbal fazerem parte de um estilo autoritativo de interação que “combina comunicação livre e respeito pela visão das crianças, mas com firmeza” (p. 100). Contudo, os pesquisadores, verificaram que quanto mais essas duas práticas foram adotadas, menos os professores relataram estratégias não coercitivas, como conversar com os alunos. Além disso, não foram verificadas correlações da coação física com medidas de educação positivas. Esses resultados parecem confirmar o caráter coercitivo da coação física. É possível que, no caso da presente investigação, como foi verificada, nessa mesma fase de coleta de dados uma correlação significativa e negativa entre a explicação apontando as consequências e os problemas externalizantes, a adoção conjunta de explicações e restrições físicas seja uma estratégia eficiente, especialmente quando as crianças ainda são muito novas e estão em fase de desenvolvimento da linguagem. Assim, sendo aplicadas de forma consistente e contingente, essas duas práticas combinadas podem ser fatores protetivos contra o desenvolvimento de problemas externalizantes em outras fases. De qualquer modo, os processos envolvidos na coação física materna e seu impacto sobre o desenvolvimento dos filhos devem ser explorados mais cuidadosamente em estudos futuros.

Apesar dos achados que confirmam as hipóteses e corroboram a literatura, é importante salientar que algumas limitações foram identificadas. Em primeiro lugar, a participação das mães como informantes exclusivas, tanto sobre as práticas de socialização quanto sobre os problemas externalizantes dos filhos, impede a análise mais ampla das interações das crianças com outros cuidadores e em outros contextos. Ademais, as participantes compartilhavam características sociodemográficas semelhantes, a amostra não foi representativa e se tratou de um grupo de risco para desenvolvimento de problemas externalizantes, o que pode dificultar a generalização desses achados para outras populações e contextos.

Em síntese, este estudo confirmou achados anteriores sobre relações entre as práticas de socialização maternas e os problemas externalizantes de pré-escolares. Destaca-se principalmente o caráter prejudicial de estratégias coercitivas, como a punição física e a verbal para o desenvolvimento pleno da criança, além do valor protetivo de práticas não coercitivas. Foi possível também o exame da influência das práticas de socialização ao longo do desenvolvimento infantil, visto que as práticas adotadas pelas mães em uma faixa etária tiveram impacto em períodos posteriores. Nesse sentido, é importante que novas investigações, em especial as de caráter longitudinal, principalmente considerando outras populações e contextos, sejam realizadas. Além disso, é necessário que esses futuros estudos abordem o impacto não apenas das práticas parentais, mas também dos comportamentos e características da criança sobre os comportamentos parentais, para que os resultados deste estudo sejam ampliados.

REFERÊNCIAS

- Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2000). *Manual for the ASEBA Preschool Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families.
- Alvarenga, P. (2000). *Práticas educativas maternas e problemas de comportamento na infância*. (Dissertação de Mestrado não publicada) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Alvarenga, P., Magalhães, M. O., & Gomes, Q. S. (2012). Relações entre práticas educativas maternas e problemas de externalização em pré-escolares. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(1), 33-42. doi: 10.1590/S0103-166X2012000100004

- Alvarenga, P., & Piccinini, C. A. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamentos em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 449–460. doi: 10.1590/S0102-79722001000300002
- Alvarenga, P., Piccinini, C. A., Frizzo, G. B., Lopes, R. de C. S., & Tudge, J. (2009). Estabilidade e mudanças nas práticas educativas de mães e pais dos 18 para os 24 meses de vida da criança. *Interação em Psicologia*, 13(2), 253–262. Retirado de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/view/12719>
- American Psychiatric Association (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR)*. Retirado de <http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>
- Anselmi, L., Barros, F. C., Teodoro, M. L. M., Piccinini, C. A., Menezes, A. M. B., Araujo, C. L., & Rohde, L. A. (2008). Continuity of behavioral and emotional problems from pre-school years to pre-adolescence in a developing country. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49(5), 499–507. doi: 10.1111/j.1469-7610.2007.01865.x
- Anselmi, L., Piccinini, C. A., Barros, F. C., & Lopes, R. de C. S. (2004). Psychosocial determinants of behaviour problems in Brazilian preschool children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(4), 779–788. doi:10.1111/j.1469-7610.2004.00271.x
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: SP: Martins Fontes.
- Baumrind, D., & Black, A. E. (1967). Socialization practices associated with dimensions of competence in pre-school boys and girls. *Child Development*, 38(2), 291–327.
- Bayer, J. K., Ukoumunne, O. C., Lucas, N., Wake, M., Scalzo, K., & Nicholson, J. M. (2011). Risk factors for childhood mental health symptoms: National longitudinal study of Australian children. *Pediatrics*, 128(4), e865–e879. doi: 10.1542/peds.2011-0491
- Bornstein, M. H., Hahn, C.-S., & Suwalsky, J. T. D. (2013). Language and internalizing and externalizing behavioral adjustment: Developmental pathways from childhood to adolescence. *Development and Psychopathology*, 25(3), 857–878. doi: 10.1017/S0954579413000217
- Callender, K. A., Olson, S. L., Choe, D. E., & Sameroff, A. J. (2012). The effects of parental depressive symptoms, appraisals, and physical punishment on later child externalizing behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40(3), 471–483. doi: 10.1007/s10802-011-9572-9
- Campbell, S. B., March, C. L., Pierce, E. W., Ewing, L. J., & Szumowski, E. K. (1991). Hard-to-manage preschool boys: Family context and the stability of externalizing behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 19(3), 301–318. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1865047>
- Cillessen, A. (2005). Theoretical and methodological issues in longitudinal research. *International Society for the Study of Social and Behavioral Development. Newsletter*, 48(2), 1–4. Retirado de http://www.issbd.org/resources/files/newsletter_1005.pdf
- Crockenberg, S., & Litman, C. (1990). Autonomy as Competence in 2-year-olds: Maternal correlates of child defiance, compliance, and self-assertion. *Developmental Psychology*, 26(6), 961–971.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS*. Londres, GB: Sage Publications.
- Grusec, J. E. (2011). Socialization processes in the family: Social and emotional development. *Annual Review of Psychology*, 62, 243–269. doi: 10.1146/annurev.psych.121208.131650
- Grusec, J. E., & Davidov, M. (2010). Integrating different perspectives on socialization theory and research: A domain-specific approach. *Child Development*, 81(3), 687–709. doi: 10.1111/j.1467-8624.2010.01426.x
- Grusec, J. E., & Hastings, P. D. (2008). Handbook of socialization: Theory and research. Em J. Grusec & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: Theory and research* (pp. 1–9). Nova Iorque: Guilford.
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11(2), 228–239. doi: 10.1037/h0076463
- Karreman, A., van Tuijl, C., van Aken, M. A. G., & Dekovic, M. (2009). Predicting young children's externalizing problems: Interactions among effortful control, parenting, and child gender. *Merrill-Palmer Quarterly*, 55(2), 111–134. doi: 10.1353/mpq.0.0020
- Keil, V., & Price, J. M. (2006). Externalizing behavior disorders in child welfare settings: Definition, prevalence, and implications for assessment and treatment. *Children and Youth Services Review*, 28(7), 761–779. doi: 10.1016/j.childyouth.2005.08.006
- Leve, L. D., Kim, H. K., & Pears, K. C. (2005). Childhood temperament and family environment as predictors of internalizing and externalizing trajectories from ages 5 to 17. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 33(5), 505–520. doi: 10.1007/s10802-005-6734-7
- Macarini, S. M., Martins, G. D. F., Minetto, M. F. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: Uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 119–134. Retirado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672010000100013&script=sci_arttext
- Maccoby, E. E. (2008). Historical overview of socialization research and theory. In J. E. Grusec & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: theory and research* (pp. 13–41). Nova Iorque: Guilford.
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011a). Estabilidade e mudança nas práticas educativas maternas e paternas ao longo dos anos pré-escolares da criança.

- Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(1), 71–79. doi: 10.1590/S0102-79722011000100009
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011b). Práticas educativas maternas e paternas aos 24 e 72 meses de vida da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 419–427.
- Mathiesen, K. S., Sanson, A. V., Stoolmiller, M., & Karevold, E. (2009). The nature and predictors of undercontrolled and internalizing problem trajectories across early childhood. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37(2), 209–222. doi: 10.1007/s10802-008-9268-y
- Pacheco, J. T. B., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: Uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 55–61. doi: 10.1590/S0102-7972 2005000100008
- Patterson, G. R., Reid, J., & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys: A Social Interaction Approach*. *Antisocial boys: A Social Interaction Approach* (Vol. 4). Eugene, OR: Castalia Publishing Co.
- Piccinini, C. A., Alvarenga, P., & Marin, A. H. (2013). Child-rearing practices of brazilian mothers and fathers: Predictors and impact on child development. In M. L. Seidl de Moura (Ed.), *Parenting in South American and African Contexts* (pp. 17–33). InTech. doi: 10.5772/57242 25
- Piccinini, C. A., Frizzo, G. B., Alvarenga, P., Lopes, R. de C. S., & Tudge, J. R. (2007). Práticas educativas de pais e mães de crianças aos 18 meses de idade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), 369–377. doi: 10.1590/S0102-37722007000400002
- Ribeiro, W. S., Andreoli, S. B., Ferri, C. P., Prince, M., & Mari, J. J. (2009). Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: Uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 31(Supl II), 49–57. doi: 10.1590/S1516-44462009000600003
- Rydell, A. M., & Henricsson, L. (2004). Elementary school teachers' strategies to handle externalizing classroom behavior: A study of relations between perceived control, teacher orientations and strategy preferences. *Scandinavian Journal of Psychology*, 45, 93–102. doi: 10.1111/j.1469-7610.2010.02301.x.
- Samarakkody, D., Fernando, D., McClure, R., Perera, H., & De Silva, H. (2011). Prevalence of externalizing behavior problems in Sri Lankan preschool children: Birth, childhood, and sociodemographic risk factors. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*. doi: 10.1007/s00127-011-0377-5
- Silvares, E. F. M., Rocha, M. M., & Linhares, M. B. M. (2010). *Inventário de Comportamentos de Crianças entre 1 1/2 - 5 anos (CBCL/1½-5). Versão brasileira do "Child Behavior Checklist for ages 1 ½ -5."* Manuscrito não publicado.
- Van Zeijl, J., Mesman, J., Van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Juffer, F., Stolk, M. N., ... Alink, L. R. A. (2006). Attachment-based intervention for enhancing sensitive discipline in mothers of 1- to 3-year-old children at risk for externalizing behavior problems: A randomized controlled trial. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74(6), 994–1005. doi: 10.1037/0022-006X.74.6.994
- Verhoeven, M., Junger, M., van Aken, C., Deković, M., & van Aken, M. a. G. (2010). Parenting and children's externalizing behavior: Bidirectionality during toddlerhood. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 31(1), 93–105. doi: 10.1016/j.appdev.2009.09.002

Recebido em: 18/02/2014

Primeira decisão editorial em: 05/06/2014

Aceito em: 01/07/2014